

PARECER Nº , DE 2010

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS,
sobre o Ofício “S” nº 49, de 2009, encaminhado ao
Senado Federal pela Corregedoria Nacional de
Justiça, por solicitação do Instituto Amazônico da
Cidadania.

RELATOR: Senador **ROBERTO CAVALCANTI**

I – RELATÓRIO

Trata-se do Ofício “S” nº 49, subscrito pelo Ministro Gilson Dipp, Corregedor Nacional de Justiça. Tal documento decorre de expediente que foi encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pelo Instituto Amazônico de Cidadania, em que apresenta “relatório de denúncias e sugestões atinentes ao Poder Judiciário do Estado Amazonas”.

O Conselho Nacional de Justiça repassou tais sugestões e denúncias a diferentes órgãos e Poderes Federais que têm competência constitucional ou legal para lidar com cada um dos temas.

Uma das sugestões é endereçada ao Congresso Nacional. Trata-se de proposta que consta do relatório, numerada como de nº 1: “que sejam criados por meio do Congresso Nacional ou outro órgão, recursos para a independência financeira do Judiciário”.

A matéria já foi analisada e votada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa que, a meu ver corretamente, assinalou em seu parecer, datado de 2/6/2010, que a Constituição Federal brasileira, ao tratar da execução orçamentária, já determina ao Poder Executivo, em seu art. 168, a transferência obrigatória, até o dia 20 de cada mês, dos recursos destinados pelo Orçamento ao Poder Judiciário.

Acrescenta, ainda, o Parecer exarado pela CCJ que a Constituição não é omissa quanto à disciplina do procedimento pelo qual são definidos os valores do orçamento anual de cada órgão do Poder Judiciário. De fato, a Lei Maior assim estabelece:

Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

§ 1º Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º O encaminhamento da proposta, ouvidos os outros tribunais interessados, compete:

I – no âmbito da União, aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, com a aprovação dos respectivos tribunais;

II – no âmbito dos Estados e no Distrito Federal e Territórios, aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a aprovação dos respectivos tribunais.

Conclui o citado Parecer que “os recursos orçamentários destinados ao Poder Judiciário do Estado do Amazonas são definidos na lei orçamentária anual daquele Estado, e que esta Lei levará em conta os limites estipulados pela lei de diretrizes orçamentárias, limites estes que são definidos com a participação do próprio Poder Judiciário, em entendimento com o Poder Executivo e o Legislativo daquele ente federado”. Por esse motivo, decidiu aquela egrégia Comissão “pelo arquivamento do Ofício “S” nº 45, de 2005, e pelo encaminhamento deste Parecer à Corregedoria Nacional de Justiça”.

A matéria vem, agora, à análise da Comissão de Assuntos Econômicos.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, analisar o aspecto econômico e financeiro da questão.

Registre-se, em primeiro lugar, a minha inteira concordância com o Parecer aprovado pela CCJ. A arquitetura do regime orçamentário e financeiro do setor público, nos três níveis de governo, montado pela Constituição Federal, já confere ampla autonomia ao Poder Judiciário. Tal autonomia tem sido traduzida, tanto na União quanto nos Estados, em efetiva independência financeira do Judiciário em relação ao Executivo.

O Judiciário, de modo geral, tem sido, inclusive, criticado por exceder-se em seus gastos, principalmente no que diz respeito à edificação de sedes suntuosas, à fixação de vencimentos elevados e à contratação excessiva de pessoal.

Tais aspectos estão sob forte escrutínio do Conselho Nacional de Justiça, que vem exercendo com vigor a sua atividade correcional.

Causa, portanto, estranheza que uma organização não-governamental (ONG) que se propõe a combater excessos no Judiciário do Estado do Amazonas apresente como sugestão a criação de “recursos para a independência financeira do Judiciário”.

Para verificar se o Judiciário daquele Estado apresenta algum sinal de falta de recursos financeiros, avaliei os dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional acerca dos gastos estaduais com as funções “Judiciária” e “Essencial à Justiça”.

O Estado do Amazonas apresentou, em 2008, uma despesa com aquelas funções equivalente a R\$ 114,00 por habitante, um pouco abaixo da

média nacional, de R\$ 153,00 por habitante; ficando em 17º lugar, entre 26 estados, como mostra tabela que anexei a este Parecer.

Despesa dos Estados com as Funções “Judiciária” e “Essencial à Justiça” em 2008

Estado	População Estimada em julho de 2008	Despesa por Função (R\$)				Ranking
		Judiciária	Essencial à Justiça	Total	Total per capita	
	(A)	(B)	(C)	(D)=(B)+(C)	(E)=(D)/(A)	(F)
AP	613.164	124.306.475	64.915.779	189.222.253	309	1
RR	412.783	69.910.130	38.853.128	108.763.258	263	2
RJ	15.872.361	2.788.789.910	1.390.086.569	4.178.876.479	263	3
MS	2.336.059	351.460.084	262.933.148	614.393.232	263	4
RO	1.493.566	289.540.417	101.834.887	391.375.304	262	5
ES	3.453.647	664.720.661	206.600.300	871.320.961	252	6
AC	680.073	110.882.790	60.353.505	171.236.296	252	7
SP	41.011.634	5.018.297.804	3.535.095.423	8.553.393.227	209	8
MT	2.957.733	435.558.740	147.493.653	583.052.392	197	9
SE	1.999.375	262.993.865	80.661.449	343.655.313	172	10
SC	6.052.586	751.820.491	266.618.203	1.018.438.694	168	11
MG	19.850.070	2.274.461.505	943.193.269	3.217.654.775	162	12
RS	10.855.212	1.182.482.356	483.713.788	1.666.196.144	153	13
PB	3.742.606	419.037.441	139.099.886	558.137.327	149	14
RN	3.106.430	339.653.115	100.578.757	440.231.873	142	15
TO	1.280.509	164.963.140	8.727.264	173.690.404	136	16
AM	3.341.098	252.364.049	127.352.052	379.716.102	114	17
PA	7.321.495	354.012.188	363.367.321	717.379.509	98	18
GO	5.844.998	409.200.264	152.803.882	562.004.146	96	19
BA	14.502.573	987.860.146	362.440.398	1.350.300.544	93	20
MA	6.305.538	352.651.263	182.454.884	535.106.147	85	21
PR	10.590.169	897.584.046	—	897.584.046	85	22
PI	3.119.697	205.744.905	21.482.715	227.227.620	73	23
PE	8.734.194	557.479.074	—	557.479.074	64	24
CE	8.450.527	379.762.836	115.447.416	495.210.251	59	25
AL	3.127.557	30.296.113	82.326.479	112.622.592	36	26
Brasil	189.612.814	19.678.624.514	9.238.434.156	28.917.058.670	153	14

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Esses números não parecem indicar uma situação de penúria do Judiciário amazonense, cujas cifras estão em posição próxima à média nacional.

Analisando os gastos em uma perspectiva temporal, observa-se que, entre os anos de 2002 e 2008, o Judiciário amazonense teve um crescimento real de sua despesa (deflacionado pelo IPCA) da ordem de 33%, o que representa um crescimento médio real anual de 5%, conforme demonstra tabela que anexei a este Parecer.

Despesa do Estados do Amazonas com as Funções “Judiciária” e “Essencial à Justiça”: 2002 a 2008

R\$ de 2008

Ano	Despesa (R\$ de 2008)	Crescimento Real em Relação a 2002	Variação Real Anual
2002	284.952.900	-	
2003	325.522.048	14%	14%
2004	328.885.947	15%	1%
2005	371.442.260	30%	13%
2006	338.254.878	19%	-9%
2007	364.458.788	28%	8%
2008	379.716.102	33%	4%
Média		-	5%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

OBS: Valores nominais transformados em valores de 2008 utilizando-se o IPCA

Trata-se de acréscimo significativo. Porém, observa-se uma forte volatilidade na despesa total das funções “Judiciária” e “Essencial à Justiça”. Houve um crescimento acentuado da despesa nos exercícios de 2003 e de 2005, que foram abruptamente corrigidos em 2004 (com crescimento de apenas 1%) e em 2006 (com queda de 9%).

Essa volatilidade pode, de fato, comprometer a qualidade dos serviços do Poder Judiciário, visto que o aumento de recursos em um ano leva ao aumento de compromissos (contratações, elevações de vencimentos, compra de equipamentos, etc.), que se tornam de difícil cumprimento no ano seguinte, quando a verba sofre corte em seu valor real.

Todavia, como já ressaltado no Parecer exarado pela CCJ, cabe aos Poderes Executivo e Judiciário do Estado do Amazonas, em patamar de igualdade, independência e harmonia, conforme estabelecido pela Constituição Federal, definir o valor anual das dotações do Judiciário, nos limites definidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. Destarte, não convém, em nosso entendimento, qualquer iniciativa do Congresso Nacional no sentido de alterar a legislação hoje vigente.

III – VOTO

Em face do exposto, o voto é, nos termos regimentais, pelo arquivamento do Ofício “S” nº 49, de 2009, e pelo encaminhamento deste Parecer à Corregedoria Nacional de Justiça.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator